



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ - VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0000229-04.2004.8.26.0233**
 Classe - Assunto **Procedimento Sumário - Direito de Vizinhança**
 Requerente: **Geraldo de Souza Carvalho**
 Requerido: **Antonio Carlos Antunes**

Aos 15 de janeiro de 2015, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz
 de Direito **Dr. EDUARDO CEBRIAN ARAÚJO REIS**.
 Eu, Daiane Samila Berghe Marin, Assistente Judiciário, digitei.

Juiz(a) de Direito: **Dr. Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

GERALDO DE SOUZA CARVALHO move ação de dano infecto com pedido de indenização por danos materiais em face de **ANTÔNIO CARLOS ANTUNES** alegando, em essência, que obras realizadas na residência do requerido expuseram a perigo e desvalorizaram o seu imóvel e o de outros vizinhos. Postula a condenação do requerido pelo prejuízo patrimonial experimentado, em valor a ser delineado em perícia, e nas verbas sucumbenciais (fls. 17/19).

A fls. 2/4, Portaria 02/12 iniciando o incidente de restauração dos autos e a fls. 49/50 a sentença de restauração.

Citado, o requerido apresentou resposta (fls. 30/34), contrapondo as alegações do autor. Juntou documentos (fls. 35/45).

Declarou-se a preclusão da oportunidade para apresentar réplica, facultando-se a produção de prova pericial, testemunhal e documental (fls. 54/55).

O autor não se manifestou (fl. 55 verso).

Igualmente, declarou-se a preclusão a prova pericial, encerrando-se a instrução (fl. 56).

Novamente, inerte o autor.

É o relatório.
Fundamento e DECIDO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ - VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

A ação é improcedente.

A prova produzida no curso do processo não é apta para ensejar o acolhimento da pretensão condenatória expressa na petição inicial.

Com efeito, nesse aspecto, os documentos encartados aos autos são insuficientes para comprovar as alegações do autor.

Além disso, oportunizada ao requerente a produção de outras provas, permaneceu inerte, dando causa à preclusão, confirmando postura que adotou desde o incidente de restauração dos autos.

Dessa forma, o autor não se desincumbiu do ônus que lhe compete, nos termos do artigo 333, inciso I, do Código de Processo Civil, de provar o fato constitutivo de seu direito.

Não procede, portanto, a pretensão inicial.

Posto isso, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação. Sucumbente, arcará o autor com as custas e despesas processuais e com honorários advocatícios fixados, com fundamento no artigo 20, §4º, do Código de Processo Civil, em R\$ 700,00.

P.R.I.

Ibaté, 16 de janeiro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DATA

Em ____ / ____ / 2015, recebi estes autos em Cartório. Eu, _____, Escrevente, subscrevo.